

## HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DE UM LÍDER POLÍTICO: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ ANTONIO FLORES DA CUNHA (1930-1937)

HISTORY AND HISTORIOGRAPH OF POLITICAL LIDER: THE POLITICAL  
TRAJECTORY OF JOSÉ ANTONIO FLORES DA CUNHA (1930-1937)

**Antônio Manoel Elíbio Júnior<sup>1</sup>**  
**Leonardo de Santos Nascimento<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Esse artigo enfoca a trajetória política de José Antonio Flores da Cunha que governou o Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, entre os anos de 1930 a 1937, tendo como fonte principal a correspondência ativa e passiva trocada entre o governador e outras lideranças políticas. A análise da tessitura histórica produzida entre os missivistas possibilita-nos uma leitura múltipla do campo político daqueles que escreveram e sobre aqueles que são referidos nas missivas, propiciando, assim, um quadro epistemológico assentado a partir das apreensões e articulações que se faziam da luta e da prática de poder. Em outros termos, a correspondência possibilita-nos analisar, além do conteúdo, a condição de redação da carta, sua trajetória, seu destinatário, seu signatário, enfim, “*os usos do escrito, em todas as suas variações*”.

**Palavras-chaves:** José Antonio Flores da Cunha; correspondencia; historiografia; política.

**ABSTRACT:** This article focuses on the political trajectory of José Antonio Flores da Cunha, who was the governor of the state of Rio Grande do Sul - Brazil, between the years of 1930 to 1937. The main source of this research is the active and passive correspondence exchanged between the governor and other political leaders. The analysis of the historical fabric produced between the correspondents allows us to read the political field of those who wrote and those referred to in the letters, thus providing an epistemological framework based on the apprehensions and articulations that were made of the struggle and of the practice of power. In other words, correspondence allows us to analyze, in addition to the content, the conditions of the letter writing, its trajectory, its addressee, its signatory, in short, “the uses of writing, in all its variations”.

**Keywords:** José Antonio Flores da Cunha; correspondence; historiography; politics.

### INTRODUÇÃO: FLORES DA CUNHA - UM LÍDER POLÍTICO ENTRE A REVOLUÇÃO DE 1930 E O ESTADO NOVO

As análises historiográficas sobre o governo de José Antonio Flores da Cunha no Rio Grande do Sul-Brasil, período que compreende os anos de 1930 a 1937, podem ser divididas em dois momentos. Entre o final dos anos de 1970 e início da década de 1980, as teses em torno da “*economia e política*” no Rio Grande do Sul, de uma forma geral, tratavam da articulação entre os produtores gaúchos e o Partido Republicano Riograndense (PRR) e da questão da “*centralização política versus autonomia federativa*”. Num segundo momento, que perfaz o início da década de 1990 ao começo da década seguinte, a literatura

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto III do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba-Brasil.

<sup>2</sup> Professor Adjunto III do Departamento de Design da Universidade Federal da Paraíba.

sobre o tema retoma essa discussão e, em alguns trabalhos, amplia o período de análise até o final do Estado Novo em 1945.

Dentre os primeiros trabalhos que abordaram essa problemática, podemos destacar o texto do brasilianista Joseph Love “O regionalismo gaúcho”, publicado em 1975. O autor, ao analisar a complexa relação entre o Governo Central e o Governo Estadual, afirmava que Flores “*durante seus últimos três anos de exercício, tornou-se o mais poderoso opositor de Vargas em nível nacional.*”<sup>3</sup>

De fato, esse embate político pode ser traduzido por uma dicotomização das forças políticas no Rio Grande do Sul. Na abordagem de Hélió Trindade, esse conflito estava assentado a partir de dois modelos de organização do sistema político nos anos de 1930: “*a república liberal versus a república autoritária*”.<sup>4</sup> Nesse sentido, o trabalho desse autor analisou o atrito entre “*as facções coronelistas locais e o poder central*”. A reflexão conduzida em seu trabalho procurou perceber a “*trajetória dos liberais gaúchos na sua tentativa de maior articulação como grupo de pressão frente ao poder central no início da luta pela reconstitucionalização*”.<sup>5</sup> Com a fundação do Partido Republicano Liberal (PRL), em 1932, a disputa pela “*autonomia estadual*” vai ser gradualmente ampliada. As principais postulações do partido - “*regime democrático livre e forma republicana federativa*”- tornavam-se a pedra angular do Governo de Flores da Cunha. Segundo Trindade, a partir de 1935 verifica-se uma “*reaproximação temporária de Flores da Cunha com os frente-unistas*”. Para o mesmo autor, essa estratégia florista decorre do seu “*antagonismo crescente com Vargas*”. Por sua vez, a “*autonomia estadual de Flores era um obstáculo aos objetivos centralistas de Getúlio*”.<sup>6</sup>

Em um outro trabalho, intitulado “Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)”, lançado em 1983 e resultante do “Simpósio sobre a Revolução de 30 no RS” realizado em 1980, Trindade analisou a discussão em torno da “*articulação com a oposição*” estadual. Para ele a “*pacificação*” do Rio Grande do Sul, através de um acordo entre Flores da Cunha e a Frente Única Gaúcha (FUG) “*passava a se constituir numa*

---

<sup>3</sup> LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo: Ed. Perspectiva. p. 236.

<sup>4</sup> TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In.: RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 122.

<sup>5</sup> TRINDADE, Hélió, op. cit. p. 103.

<sup>6</sup> TRINDADE, Hélió. op. cit. 188.

*mediação à intervenção federal.*”<sup>7</sup> Ainda nessa tese, Trindade procurou problematizar a oscilação da FUG em estabelecer um definitivo apoio a Flores ou a Vargas. Contudo, no início de 1936, apesar dos esforços de Flores em tentar fortalecer a aliança com os frentistas, Vargas, estrategicamente, acena cargos governamentais à FUG e promete conter o poder estadual do governador.

Diferentemente dessas análises, o trabalho de Sandra Pesavento “A economia e o poder nos anos 30” se detém a problematizar a “*transição de uma forma de acumulação baseada na agroexportação, para aquela baseada na indústria.*” Com isso, a autora afirma que o governo “*instalado no Rio Grande do Sul pós-revolução de 1930*” ocupou-se em defender os “*elementos da oligarquia regional*”. Partindo dessa preocupação, Pesavento analisa a mediação de Flores entre os produtores e criadores com o Governo Federal quanto à concessão de benefícios fiscais.<sup>8</sup> Para ela, ante a pressão das oligarquias, o Governo Central reagia favoravelmente nas suas reivindicações econômicas, porque a “*intermediação destes setores com o Estado, dentro da nova estrutura que se pretendeu implantar, era através dos órgãos de classe*”.<sup>9</sup>

Entre os trabalhos publicados no final dos anos de 1970 e início de 1980, podemos destacar ainda o texto de Maria Helena de Magalhães Castro, “*O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante*”.<sup>10</sup> Castro afirma que o Rio Grande do Sul ocupava um lugar “*singular no contexto nacional pós-30*”, pois, como “*elemento constitutivo da nova ordem*”, tornou-se um aliado imprescindível para o Governo Provisório através de sua estrutura partidária.<sup>11</sup> Segundo ela, na articulação revolucionária de 30 o Estado, além de ter servido de base territorial de onde partiram os revolucionários, forneceu os recursos políticos, financeiros e militares que viabilizaram a conspiração armada.<sup>12</sup> Em oposição ao

---

<sup>7</sup> TRINDADE, Hélió. (org.) *Revolução de 30: Partido e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: Erus, 1983, p. 224.

<sup>8</sup> PESAVENTO, Sandra. *A economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 84.

<sup>9</sup> PESAVENTO, Sandra. op. cit. p. 88.

<sup>10</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães. *O Rio Grande do Sul no Pós-30: de Protagonista a coadjuvante*. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Regionalismo e centralização política: Partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980, pp. 43-44.

<sup>11</sup> Interpretação semelhante encontramos no trabalho de Aspásia Camargo, que afirma que o Rio Grande do Sul encontrava-se em situação bastante singular após a “*revolução de 30: era o estado vencedor e, através de Vargas, o melhor posicionado junto ao governo provisório. Mas esta situação tinha uma contrapartida: para Vargas, exercer o controle sobre seu próprio Estado significava manejar disputas internas entre partidos e líderes e confrontar-se com homens até então seus iguais*”. CAMARGO. Aspásia et all. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 76.

<sup>12</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães, *O Rio Grande do Sul no Pós-30: de Protagonista a coadjuvante*. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Regionalismo e centralização política. Partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980. p. 44. Essa explicação simplificada de Castro desconsidera o

apoio irrestrito do estado ao governo provisório instaurado em 1930, parte das lideranças gaúchas empunhou armas em julho de 1932, juntamente com São Paulo. Segundo Castro, a guerra civil e a convocação da Constituinte incidem na trajetória do Rio Grande, como um marco de descontinuidade. Para ela significaram a completa ruptura das lideranças partidárias gaúchas com o governo de Vargas, e com a interventoria estadual, que não aderiu ao movimento paulista e apresentou-se como uma nova alternativa de participação política no plano nacional. Na avaliação de Castro, o interventor Flores da Cunha “*não oferecia o confronto, mas o compromisso com o Governo de Vargas e o reingresso do estado no Governo Provisório*”. Tal configuração política teria facultado ao Rio Grande do Sul um poder de pressão para intervir nas diretrizes governamentais no âmbito nacional. A análise de Castro procurou estabelecer de que maneira o peso político do Rio Grande do Sul, na nova correlação de forças nacionais, influenciou o Governo de Vargas. Partindo dessa perspectiva foi possível, segundo a autora, conhecer as expectativas e os encaminhamentos das reivindicações do Estado para o governo federal. Castro concentra seu estudo até a Constituinte de 1934, quando ainda o interventor Flores da Cunha não oferecia confronto, mas compromisso em dar continuidade ao Governo Provisório de Vargas.

O objeto específico de Castro é o período que compreende o final da Revolução Constitucionalista em 1932 até a dissidência com Vargas em 1937. Para a autora, o “*comprometimento*” do governo de Flores da Cunha, entre 1932 e 1935, granjeou ao estado diversos cargos federais como no Ministério da Justiça, da Agricultura e do Trabalho, a presidência da Imprensa Nacional, entre outros. Todavia, a política centralizadora do governo de Vargas impedia as forças políticas regionais de exercerem maior influência no Governo Federal. Para as elites políticas riograndenses, sobretudo aquelas reunidas na FUG, caberia aliar forças para bloquear a consecução da política nacionalizadora do Governo Federal. Por outro lado, segundo Castro, Flores da Cunha envidou por “*ampliar e rearticular o situacionismo estadual num contexto de comprometimento com o poder central*”. Nesse sentido, diante da resistência da oposição

---

campo de manobras no embate político entre o poder estadual e federal. Essa leitura vê a atuação de Flores como “*caudatária*” do governo federal, o que, para nosso entendimento, não explica os interesses de Flores em, temporariamente, manter-se aliado a Vargas. Nossa interpretação buscará nos capítulos II e III desta tese colocar em questão os interesses e as “*démarches*” realizadas no jogo político nacional no período que compreende o Governo de Flores da Cunha.

estadual, Vargas, segundo Castro, “*manipulou a interventoria gaúcha como instrumento para a reconquista da confiança das elites estaduais.*”<sup>13</sup>

O primeiro momento que compreende esse conjunto de produção historiográfica sobre o Governo do Rio Grande do Sul, tanto do período concernente à chamada “*República Velha*”, quanto às análises que problematizaram o momento pós “*Revolução de 1930*”, foi marcado consistentemente pela discussão em torno da “*disputa política e as instâncias sociais*”. De certa forma, a literatura que tematizou o Governo do Rio Grande do Sul, influenciada pelas teses marxistas, investigou a “*composição dos interesses econômicos na sociedade e a interação destes com o poder político*”. Repetiu-se, por exemplo, a ideia de que no Rio Grande do Sul havia homogeneidade de interesses e disciplina no interior do PRR. Essa explicação qualificava a política regional à ação independente do “*pacto oligárquico nacional*”. Caudatária dessa perspectiva é a tese de Antonacci ao afirmar que “*o estado foi projetado como um administrador do bem comum público, cuja preocupação restringia-se a garantir a liberdade individual e regular o desenvolvimento*”.<sup>14</sup>

Acreditamos que esses trabalhos, ainda que tenham contribuído com o debate historiográfico, não se detiveram em analisar os atritos internos de poder, tanto aqueles entre as alianças políticas que compunham a FUG, como aqueles na base de sustentação do Governo Provisório no Rio Grande do Sul; tão pouco analisaram os mecanismos de manutenção do poder construídos na prática política. Além disso, essas teses não analisaram a prática administrativa do Governo de Flores da Cunha, que deve ser entendida como uma instância de luta política e de efetivo dispositivo de coerção política.

Partindo desses trabalhos encontramos referências insistentes e decisivas numa série de outros produzidos numa fase seguinte. O segundo momento de intensa produção historiográfica sobre o Governo de Flores da Cunha ocorreu entre o final da década de 1990 e princípios de 2000. Dentre esses trabalhos destacamos a tese de Derocina Alves Campos, que recuperou a problemática “*federalismo versus centralização*”. Segundo Campos, que investiga sobretudo os anos de 1935 e 1937, o rompimento da aliança entre Flores e Vargas decorre da “*aprovação da Lei de Segurança Nacional em janeiro de 1935 e a discussão em torno da eleição ao governo do Rio de Janeiro*”. Além disso, parece-nos

---

<sup>13</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães. op. cit. p. 123.

<sup>14</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. et alli. RS: econômica e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 21.

que Campos corrobora com as teses anteriormente citadas, quando afirma que Flores da Cunha tornou-se o “*principal obstáculo á centralização porque justamente se intrometeu em questões da esfera federal*”. Análise semelhante também verificamos no trabalho “O Golpe Silencioso” de Aspásia Camargo. A autora considera que a “*aliança de Flores com Getúlio*” começaria a ser abalada quando o primeiro buscou projeção e “*influência na órbita federal*”.<sup>15</sup> Segundo ela, essa estratégia política ocorreu na medida em que Flores “*imiscui-se nas questões internas de vários Estados*” e tentou interferir “*em assuntos militares, desenvolvendo intensa pressão para que o General Góes Monteiro fosse demitido do Ministério da Guerra*”.<sup>16</sup>

Em um trabalho de 2004, Luciano Abreu dedicou um capítulo da sua tese de doutoramento retomando à mesma questão: “*Centralização X Autonomia: o Rio Grande pré-estadonovista*”.<sup>17</sup> Segundo Abreu, ainda durante o Governo Provisório, as discussões políticas nacionais foram polarizadas em torno de duas tendências principais: “*uma mais autoritária, representada pelo tenentismo, que advogava a manutenção do governo provisório e de suas prerrogativas; e outra liberal – constitucionalista*”. Essa segunda vertente, conforme afirmou o autor, defendia a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte e a volta do país “*à normalidade democrática, restabelecendo-se a antiga autonomia regional*”.<sup>18</sup> Sobre a fundação do PRL Abreu concorda com as considerações de Colussi quando afirma que este “*partido não foi criado com o objetivo de defender um conjunto de ideias e disputar o poder, mas de legitimar o poder e as ideias de um determinado grupo, estando ligado diretamente à Interventoria e à liderança pessoal de Flores da Cunha*”.<sup>19</sup>

Segundo Luciano Abreu, Flores da Cunha, fortalecido com a vitória sobre os constitucionalistas em 1932, conquista uma “*liderança incontestada*” no Rio Grande do Sul. Para ele, mesmo com as dissidências políticas em nível estadual e o confronto aberto com Vargas a partir de 1935, Flores, “*através do seu pragmatismo político*”, conseguiu superar a “*resistência do PRR*” e manter-se como protagonista na cena do jogo político estadual. Tal avaliação se aproxima da análise de Carlos Rangel, ao afirmar que Flores dispunha de

---

<sup>15</sup> CAMPOS, Derocina Alves. Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001, p. 39.

<sup>16</sup> CAMARGO, Aspásia, op. cit. p. 77.

<sup>17</sup> ABREU, Luciano Aronne de. RS estadonovista: interventores e interventorias. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

<sup>18</sup> ABREU, Luciano Aronne de. op. cit. p. 79.

<sup>19</sup> ABREU, Luciano Aronne de. op. cit. p. 82.

condições para “arrancar o poder das mãos de Getúlio Vargas”. Segundo ele, Flores da Cunha, além de contar com a bancada do PRL na Câmara dos Deputados associada à oposição de São Paulo, “*mais os republicanos mineiros e os progressistas cariocas, estava em condições de controlar o legislativo*” e, assim, se opor ao continuísmo de Vargas.<sup>20</sup>

A historiografia política sobre o tema e o período é ampla e mostra os confrontos políticos entre o poder federal e as forças políticas regionais. A premissa básica desses trabalhos relaciona-se à luta política pelo exercício do poder e pela conquista de cargos na máquina burocrática governamental. Ora analisando os privilégios fiscais e tributários concedidos aos pecuaristas e agricultores do Rio Grande do Sul, ora problematizando os arranjos políticos estaduais e federais, essa produção intelectual analisou os embates do jogo político pós-1930. Essas interpretações, mesmo embasadas em diferentes indícios documentais, reiteram a hipótese de que o governo de Flores da Cunha teria se mantido aliado incondicional ao comando de Getúlio Vargas até 1935. Para Castro, por exemplo, o interventor era um “*representante do Governo Provisório no estado*”. Segundo a mesma autora, o “*desempenho desta difícil tarefa valeu ao interventor gaúcho uma rápida projeção no cenário nacional; acesso a processos decisórios governamentais e um maior poder de barganha junto a Getúlio Vargas*”.<sup>21</sup>

Nesse sentido, a historiografia, ao repisar essa tese, desconsidera a margem de negociações que se estabelecia entre as lideranças políticas partidárias. Acreditamos que essas análises, ao bipolarizarem o jogo político entre “*centralização versus autonomia regional*”, não perceberam como se constituía a construção de lideranças políticas na prática diária do exercício de poder ou mesmo como Flores da Cunha procurou ampliar seu campo de atuação política através de negociações e embates. A historiografia, ainda que tenha analisado a luta política entre os diferentes grupos regionais e a relação destes com o Governo Federal, se limitou a investigar os conflitos em torno da conquista pelo controle da máquina governamental. Todavia, tal produção não investigou as estratégias do jogo político ou mesmo os expedientes da administração do Governo de Flores da Cunha arregimentados no embate político. Não obstante, entendemos que o exercício de poder político não é resultante de uma ação exclusiva do Estado, mas uma arena de conflitos e

---

<sup>20</sup> RANGEL. Carlos Roberto da Rosa. Crime e castigo – conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-38). Passo Fundo: UPF, 2001, p. 182. Segundo Eliane Colussi o PRL “*já nasce como um partido governista, cooptando muitas elites locais e servindo de apoio para a consolidação da ordem política nacional. O poder local, neste contexto, se burocratiza, sendo incorporado à estrutura partidária do PRL.*” COLUSSI, Eliane. Estado Novo e municipalismo gaúcho. Passo Fundo: UPF, 1996, p. 64.

<sup>21</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães. op. cit. p. 52.

negociações que se amplia na medida em que considerarmos outros atores políticos. Portanto, esse artigo, pretende problematizar e analisar como Flores da Cunha lançou mão de inúmeras táticas políticas visando a aliança ou supressão com/das lideranças partidárias regionais e nacionais. Além disso, procuraremos compreender como foi montado o aparato administrativo-burocrático do Governo do Rio Grande do Sul e como, através dele, Flores da Cunha construiu uma liderança política.

## OS JOGOS POLÍTICOS NA CORRESPONDÊNCIA DE FLORES DA CUNHA

Buscando, pois, analisar a trajetória política do governo de Flores da Cunha e, concomitantemente, procurando investigar seu campo de atuação administrativa, neste artigo elegemos como categoria de análise o conceito de representação a partir daquilo que Chartier considera como uma elaboração de significados que conferem sentido à realidade. Quando apreendidas como processo, essas representações comportam dimensões conflituosas e eminentemente subjetivas, pois, conforme ressaltou Chartier, elas devem ser apreendidas em um campo do qual fazem parte concorrências e competições.<sup>22</sup> Uma vez que consideramos esses pressupostos de que se relacionam às representações que podem, por sua vez, caracterizar o campo das lutas políticas, buscamos compreendê-las como elementos constituintes do real e não apenas como o seu quimérico reflexo. Segundo Chartier, as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus e o seu domínio.

Ao definirmos essa dimensão teórica não estaremos, contudo, elaborando uma interpretação inequívoca e restrita do campo de atuação política de Flores da Cunha. Devemos afirmar, conforme advertiu Rémond, que o campo ou domínio do político não tem fronteiras fixas ou predeterminadas. Para René Rémond, não podemos definir o político por uma coleção de objetos ou um espaço. Antes, o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social. Uma vez que partimos do pressuposto de

---

<sup>22</sup> Segundo Chartier, citado por Cardoso, as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para “compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.” In.: CARDOSO, Ciro Flamarion. Roger Chartier e a História Cultural: a noção de *representação* 1998. (texto mimeo).



que a esfera do político não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios, ampliamos o que entendemos por objeto político.<sup>23</sup>

Nesse sentido, concordamos com Sirinelli ao afirmar que o objeto político abrange mais do que a autoridade de um governo ou de um estado. Antes, essa categoria incidi “na questão da devolução e da repartição da autoridade e do poder no seio de um grupo humano dado e o estudo das tensões, dos antagonismos e dos conflitos daí decorrentes”.<sup>24</sup> Esse campo de análise de que nos fala Sirinelli, atinente tanto ao tratamento conferido às fontes quanto aquele que diz respeito à seleção dos objetos e ao levantamento das problematizações, se aproxima das considerações de Tétart, concernentes aos campos e objetos de investigação da história política. Segundo ele “da linguística à prática militante, da flutuação da história das ideias à opinião e da mídia, do estudo dos comportamentos cotidianos ao da filmografia” todos os “objetos falando do político tecem uma problemática vastíssima e susceptível de desembocar numa explicação globalizante da mecânica social e histórica.”<sup>25</sup>

Deve-se observar que os domínios do político não podem ser considerados isolados, pois, como um campo movente e uma geometria variável, na expressão de Rémond, seus problemas e objetos se colocam diferentes à análise do historiador.<sup>26</sup> Em outros termos, como afirmou o autor, o campo do político inclui o que toca a existência individual: os corpos, a vida, o nascimento, e a morte.<sup>27</sup>

Refletindo sobre o campo de estudo da “história política”, Vavy Pacheco Borges afirma que se verifica no Brasil uma ampliação dos objetos e temas relacionados ao político, “seja a partir do enorme papel que o Estado tomou nas sociedades contemporâneas, seja à medida que passamos a nos preocupar com o poder presente em

---

<sup>23</sup> RÉMOND, René. Do Político. In.: RÉMOND, René. (org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 445.

<sup>24</sup> SIRINELLI, Jean François. In.: BÉDARIDA, L’histoire et le métier d’historien em France, 1995.

<sup>25</sup> TÉTART, Philippe. Pequena história dos historiadores. Bauru: EDUSC, 2000, p. 128.

<sup>26</sup> Encontramos diversamente em vários autores que tem se debruçado sobre a discussão do “estudo da história política”, por vezes, a expressão “domínios do político”, “esfera do político”, “instância do político”, “campo político”, “universo político”. A expressão “esfera do político” para Márcia D’Alessio e Maria de Lourdes Janotti, por exemplo, pode ser compreendida como uma “referência datável mais concreta” que “organiza e situa o discurso no tempo e no espaço”. D’ALESSIO, Márcia Mansor. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A Esfera do Político na produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994). In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, nº 17, 1996. BORGES, Vavy Pacheco. História Política: Totalidade e Imaginário. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, nº 17, 1996.

<sup>27</sup> RÉMOND, René. Le retour de la Politique. In.: CHAUVEAU, Agnès et TÉTART, Philippe. (org.). Questions à l’histoire des temps presents. Paris: Editions Complexes, 1992.

*toda e qualquer relação humana*”. Nesse sentido, conforme a autora, torna-se inextricável a ampliação da noção do político, pois este “*passa a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem decisões, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos.*”<sup>28</sup>

De fato, parece-nos que os deslocamentos obtidos com a “*nova história política*” nas últimas décadas vêm ampliando em muito as possibilidades de investigação que se abrem ao historiador. Não se trata, contudo, em evidenciar uma “*história do poder*”, mesmo considerando a importância da análise em relação as formas de governo, a construção do Estado-nação, o funcionamento da democracia ou as disputas eleitorais. Trata-se, conforme ressaltou Le Goff, em retomar uma perspectiva do campo da política para a história onde o poder “*não seja separado de suas bases rituais, privado de suas imagens e de suas representações.*”<sup>29</sup>

Para Yves Déloye o “*retorno do político*” deve considerar e postular uma perspectiva de análise em que as “*figuras do político*” se articulam inexoravelmente com a “*história social*”. Nesse sentido, o objeto deste procedimento analítico reside em “*identificar os ‘nexos históricos’, em torno dos quais novas racionalidades políticas e sociais se organizam, representações do social se modificam em relação às transformações das instituições, das técnicas de gestão e das formas de laço social*”.<sup>30</sup>

Para a análise do governo de Flores de Cunha, foram levantados documentos nos seguintes arquivos: Arquivo Nacional – Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (caixas 25 e 100). No arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), realizamos a pesquisa e transcrição e/ou reprodução das missivas nos seguintes Fundos: Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Lindolfo Collor e Oswaldo Aranha. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, na Pasta “Assuntos da Secretaria do Interior do Estado do Rio Grande do Sul”, pesquisamos e transcrevemos a correspondência referente aos anos de 1933 e 1934. Por não existir neste acervo a correspondência recebida pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1930 e 1932 e entre 1935 e 1937, ficamos restritos aos

---

<sup>28</sup> BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In.: Revista Brasileira de História, nº23/24, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992, p. 16.

<sup>29</sup> LE GOFF, Jacques. Prefácio. In.: BLOCH, Marc. Os Reis Taumaturgos. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 14.

<sup>30</sup> DÉLOYE, Yves. Sociologia histórica do político. Bauru: EDUSC, 1999, p. 28

dois arquivos mencionados anteriormente, quando as cartas enviadas eram reproduzidas e arquivadas.

A correspondência, neste caso, refere-se tanto às oficiais e públicas quanto às privadas e íntimas, já que encontramos nos arquivos 158 cartas trocadas entre Flores da Cunha e parentes. Dentre essas 158 missivas, analisamos 97 em que o conteúdo tratava de questões de ordem pública-administrativa. Por sua vez, os suportes perfaziam telegramas, telegramas cifrados transmitidos pelo Telégrafo Oficial da Presidência da República, “*cartas telegráficas*” para “*telegramas longos*”, cartas, convites, avisos de felicitações, cartões postais, ofícios governamentais, relatórios, “*phonogrammas*”, transmitidos pela Cia. Telephonica Rio Grandense.

Todavia, dependendo do assunto a ser tratado, o suporte da correspondência se alterava.<sup>31</sup> Acreditamos que, devido à agilidade e rapidez nas transmissões telegráficas, o telegrama foi o principal veículo de comunicação do governo de Flores.<sup>32</sup> Além disso, do total da correspondência analisada, os telegramas perfazem 87,5%, enquanto as cartas e outros suportes apenas 12,5 %. Por fim, essa preeminência telegráfica se justifica, pois mesmo não estando na residência oficial do governo, no Palácio do Piratiny, em Porto Alegre, contamos 760 telegramas enviados de outras cidades do Estado ou mesmo do exterior, enquanto que muitas das cidades do Rio Grande do Sul, até 1936, não dispunham de “*agencias postaes*”, inviabilizando a correspondência através de cartas.

Acompanhar o diálogo que se estabeleceu na correspondência “**oficial**” ou “**privada**” do poder público estadual permite-nos perceber detalhadamente a gestão das relações políticas entre Flores da Cunha e uma multiplicidade de correspondentes. Entendemos a noção ou categoria de análise “*rede de relações pessoais*” a partir da ideia de que cada indivíduo encontra-se vinculado a outros por relações de parentesco, determinações pessoais ou políticas, ou por amizade. Essa compreensão foi desenvolvida por Norbert Elias e definida como “*cadeia de interdependência*”. Para Elias essa noção significa “*uma das condições fundamentais da existência humana é (justamente) a presença simultânea de diversas pessoas interrelacionadas*” Assim, para nós, a análise da correspondência possibilita-nos analisar a interdependência e

---

<sup>31</sup> Entendemos a categoria suporte a partir das considerações de Roger Chartier. Segundo o autor, o processo de construção do sentido nos textos são múltiplos, pois “*referem-se não apenas aos efeitos de sentido buscados pela escrita, mas também aos usos impostos pelas materialidades que são os suportes dos textos*”. CHARTIER, Roger. Uma crise da História? A História entre narração e conhecimento. In.: PESAVENTO. Sandra Jatahy. Fronteiras do milênio. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, p. 129.

<sup>32</sup> Nas laterais do telegrama encontramos o seguinte aviso do Departamento dos Correios e Telégrafos: “*Reclamai, si houver demora na entrega de vosso telegrammas*”.

agenciamentos políticos dos missivistas ao estabelecerem compromissos e/ou a reafirmarem compromentimentos.<sup>33</sup>

Uma outra questão que emerge, ao analisarmos essa documentação, incide sobre o fato de que Flores, por vezes, anunciava seus objetivos políticos e suas desavenças com a administração federal. Com efeito, tais liames existiram e, para que possam ser analisados, devem ser perscrutadas as relações entre as concepções do político e determinados projetos sociais agenciados por Flores, como aqueles relacionados a educação e saúde. Na análise da dinâmica da prática epistolar, procuramos compreender “*além dos traços, dos objetos, as explicações mais profundas que as motivam*”.<sup>34</sup>

Ao mesmo tempo em que concordamos com estas afirmações, procuramos rejeitar uma interpretação unívoca e adstrita, relacionada à análise da correspondência mantida por Flores. Antes, tentamos interpretar as vicissitudes da prática epistolar e governativa de Flores, à luz de um contexto que a tornasse compreensível, objetivando perceber as relações desta com a construção de sua liderança política e os interesses ali expressos.

Assim, elaboramos uma organização e classificação da correspondência que tornou possível compreendermos dois aspectos de relevo no âmbito da administração estadual de Flores da Cunha. O primeiro deles refere-se à abrangência de atuação política do executivo estadual, que não se limitava à administração governamental, e o segundo diz respeito às representações que Flores procurou construir acerca de si próprio, sobretudo, em relação ao governo federal.

O interesse em estudarmos a correspondência como fonte de investigação constitui uma possibilidade para problematizarmos as ações políticas de Flores, como sua aproximação e afastamento com as oposições estaduais, sua interferência na administração do executivo federal e sua relação política com Vargas. Além disso, a investigação deste tipo de documentação permite-nos analisar, além do registro cotidiano do funcionamento da administração do Estado, os arranjos e “*intrigas*” políticas cerzidas nas mediações econômicas, nos acordos com a bancada estadual na Câmara dos Deputados e, sobretudo, como a correspondência foi utilizada como um expediente governativo e de construção de uma liderança política.

---

<sup>33</sup> ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 27.

<sup>34</sup> VOVELLE, Michel. *História e representação*. In.: D’ALESSIO, Márcia Mansur. *Reflexões sobre o Saber Histórico*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998, p. 84.

Esta documentação foi fundamental para ampliarmos nossa análise sobre a dimensão política dos diálogos estabelecidos entre os missivistas, atentando para as mediações mobilizadas nas cartas e para os argumentos discursivos utilizados pelos correspondentes. A estas observações acrescentamos, ainda, as considerações de Chartier, segundo o qual a análise dos textos requer atenção nas formas nas quais se oferecem para a leitura, pois assim participa também da construção de sua significação.<sup>35</sup> Em outros termos, acreditamos que a correspondência é um lugar particularmente especial para se avaliar o investimento efetuado na construção da imagem do missivista, tanto por ele mesmo, quanto pelos que a ele se dirigiam por carta. A correspondência se constitui, também, como um espaço revelador de ideias, projetos, opiniões, interesses, sentimentos. Além disso, ela pode ser percebida como uma estratégia de constituição e reconstituição de acordos políticos e de práticas governamentais em que verificamos nas trocas epistolares.

No caso da correspondência de Flores da Cunha, nosso interesse se justifica na medida em que esta fonte pode iluminar a dinâmica das alianças políticas e problematizar a imagem que ele procurou construir do seu governo frente ao governo federal e as oposições estaduais. Devemos, no entanto, ressaltar que ao buscar na trama histórica as imbricações entre a correspondência de Flores e a construção de sua liderança, não estamos tentando reconstruir fielmente a trajetória política por ele vivida. Ao contrário, nosso objetivo é analisar como estas representações, construídas no diálogo entre os correspondentes, constituíram significados e instituíram alinhamentos políticos.

Na correspondência entre os autores, verificamos inúmeros telegramas cifrados ou mesmo com o timbre “*confidencial*” ou “*privado*” que determinavam o sentido ao qual o remetente desejava imputar ao comunicado. Essa configuração procurava construir um estatuto e uma posição para a missiva. Em outros termos, acreditamos que o missivista, ao atribuir tais divisões e delimitações à correspondência, objetivava organizar uma dada apreensão da leitura.

Ao cotejar a correspondência dirigida a Flores pelas “*classes productoras*” e a “*massa de trabalhadores*”, depositada no Arquivo Nacional, com aquela arquivada no CPDOC, encontramos algumas alterações tanto na grafia como no conteúdo das missivas. Essa constatação parece-nos demonstrar de que forma Flores procurava apresentar-se ao

---

<sup>35</sup> CHARTIER, Roger. op. cit. p. 125.

governo federal, interceptando cartas e alterando-as com o objetivo de evidenciar suas “ações governamentais” em “*prol da nação*” e da ordem social.

Outros elementos como a assinatura ou o anonimato e os tratamentos dirigidos aos destinatários foram considerados em nossa análise, pois demonstram as estratégias protocolares usadas entre os missivistas. De acordo com Gomes, o “*tratamento – isto é, as primeiras palavras com o que se cumprimenta o destinatário – é uma parte expressiva do documento, indicando tanto o teor das relações entre os missivistas quanto a natureza do tema a ser tratado naquele documento*”.<sup>36</sup>

Acreditamos, que além destes aspectos, a finalização das cartas, ou seja, as saudações finais, reafirmavam compromissos, recordavam tratados, chamavam a atenção para assuntos acertados, agradeciam a solidariedade e o atendimento a favores, estabeleciam e, em algumas ocasiões, restabeleciam vínculos afetivos.<sup>37</sup> Estas formalidades epistolares são classificadas por Gomes em duas categorias: o tratamento “pessoal” e o tratamento formal. O primeiro remete a uma relação entre os missivistas mais afetiva e pessoal, geralmente expressa por fórmulas como “*meu caro, meu querido, meu amigo, meu velho amigo, etc.*”<sup>38</sup> O tratamento formal, por sua vez, denota um certo distanciamento e formalidade expressos por fórmulas polidas como: “*ilustríssimo senhor, doutor, excelentíssimo, eminente, prezado ministro da Educação e Saúde, etc.*”

---

<sup>36</sup> GOMES, Ângela de Castro. (org.) Capanema: o Ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 41.

<sup>37</sup> Consideramos o termo “*vínculo afetivo*” ou “*trocas afetivas*” a partir das afirmações de Cécile Dauphin e Danièle Pouban. Segundo as autoras, a correspondência “*revela as maneiras de viver, a existência cotidiana, os hábitos e as condutas, as práticas de afetividade.*” Sobre esta questão ver: DAUPHIN, Cécile. POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs). Destinos das Letras: História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 83.

<sup>38</sup> GOMES, Ângela de Castro. op. cit., p. 42.

**Tratamentos dirigidos a Flores (Correspondência Passiva)**

Amigo Flores	Ilustre Amigo
Amigo Flores da Cunha	Ilustre Amigo General Flores da Cunha
Amigo Governador Flores da Cunha	Ilustre Governador
Amigo Interventor Federal Flores da Cunha	Meu Caro Amigo Flores da Cunha
Amigo José Antônio	Meu Caro General
Amigo Sr. Flores da Cunha	Meu Caro Irmão
Caríssimo Amigo Flores	Meu Caro Irmão Flores da Cunha
Caro Amigo	Prezado Amigo Flores
Caro Amigo Flores da Cunha	Prezado e Distinto Flores
Cordial Amigo	Prezado General
Cordial e Amigo Flores	Prezado Governador Flores da Cunha
Digníssimo General José Antonio Flores da Cunha	Prezado Senhor Governador
Digníssimo Governador do Estado Flores da Cunha	Senhor General
Exmo. Sr. José Antonio Flores da Cunha	Senhor Governador do Estado
General Flores da Cunha	Senhor Interventor do Estado
Ilmo. Sr. Flores da Cunha	Sr. Flores da Cunha
	Sr. General Flores da Cunha
	Sr. Governador General Flores da Cunha

Os dados obtidos, nos quais verificamos a predominância de correspondência com conteúdo político e tratamento formal em detrimento da forma pessoal, corroboram as nossas análises que apontam uma estreita articulação entre Flores e um número significativo de empresários, políticos, militares e intelectuais. Chegamos ao seguinte resultado: das 3.345 cartas ou telegramas 2.648 (ou seja, 79,16%) empregavam o tratamento formal para se dirigirem a Flores, enquanto 697 (equivalente a 20,84%) usavam o tratamento informal. Efetivamente, esta complexa rede de acordos e sociabilidades estabelecida por Flores da Cunha, procurava encontrar caminhos para negociações e responder aos interesses econômicos e políticos do seu governo, o que, acreditamos, justificaria a preeminência do tratamento formal.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> Segundo Gomes, podemos considerar “*rede de sociabilidades*” como um espaço de constituição de uma “*rede organizacional (que pode ser mais ou menos formal/institucional) e como um microcosmo de relações afetivas (de aproximação e/ou rejeição)*”. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.) Escrita de Si, Escrita da

Encontramos ainda, na documentação pesquisada, diversos pedidos de assistencialismo e benesses tributárias, encaminhados pelo Executivo Estadual à Presidência da República ou aos departamentos técnicos do Ministério da Fazenda, do Ministério da Educação e Saúde Pública, do Ministério da Marinha, do Ministério da Viação e Obras Públicas, entre outros. Na maior parte destas solicitações, das “*classes produtoras*”, remetidas à Presidência da República, verificamos que estas haviam sido anteriormente encaminhadas ao executivo estadual. Os demandantes – empresários de diversos ramos industriais, trabalhadores, profissionais liberais, donas de casa, militares e até mesmo interventores de outros estados, - dirigiam-se primeiramente a Flores da Cunha, que, como interlocutor daqueles, teria a capacidade e o dever de atendê-los.

Evidentemente, estas cartas enviadas a Vargas e/ou aos Ministros eram anexadas com as indicações de Flores, que procurava firmar seu papel de mediador entre os grupos e o poder federal. Podemos depreender desta prática epistolar que Flores se valia destas solicitações como uma estratégia de legitimação de sua influência na administração do Governo Federal. Por isso, frequentemente, a correspondência de pedidos incluía uma breve apresentação do demandante, seguida de uma justificação da demanda, que, em alguns casos, retomava acordos políticos ou promessas pessoais.

Essas justificativas apreciavam o beneficiário da solicitação e a “*justeza*” do “*nobre espírito*” do destinatário da correspondência. Assim, as cartas de pedidos também construíam uma imagem do “*poderoso*” a quem se destinavam, pois seriam seus atributos políticos e pessoais que sustentavam sua posição privilegiada para a resolução da demanda. Em outros termos, essa operação estabelecia uma “*noção de confiança*” depositada em seu destinatário, transformando-o, por meio dessa tática, em seu “*credor*”.<sup>40</sup> Esses “*fragmentos do texto*” se reportavam às noções afetivas, seja qual fosse o conteúdo informativo da carta. Dessa forma, o signatário dispunha de pontos de referência sobre sua maneira de expressar as solicitações, os relatos de notícias, os pedidos de favores, os agradecimentos, entre outros.

Encontramos 198 acusações de interceptações na correspondência e 45 acusações de alteração de cartas e telegramas, sobretudo a partir de 1935, quando da aprovação da

---

história. GOMES, Ângela de Castro. Em Família: correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 53.

<sup>40</sup> GOMES, Ângela de Castro, O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In.: GOMES, Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.32.



Lei de Segurança Nacional. Pelo que averiguamos, as reclamações partiam desde o governo federal e estadual até militares e deputados. Contudo, não podemos afirmar que de fato estas acusações procediam, tendo em vista que os “*dissabores*” e “*ressentimentos*” entre os missivistas poderiam ocasionar trocas de acusações e mau-grado em responder as cartas.

Ao enfocarmos a trajetória política de Flores da Cunha, tendo como fonte principal a correspondência, esperamos contribuir na apreensão da história tanto em sua dimensão material quanto em seu aspecto subjetivo. A análise da tessitura histórica produzida entre os missivistas possibilita-nos uma leitura múltipla do campo político daqueles que escreveram e sobre aqueles que são referidos nas missivas propiciando, assim, um quadro epistemológico assentado a partir das apreensões que se faziam da luta e da prática de poder. Em outros termos, a correspondência possibilita-nos analisar, além do conteúdo, a condição de redação da carta, sua trajetória, seu destinatário, seu signatário, enfim, “*os usos do escrito, em todas as suas variações*”. Segundo Chartier, a análise da prática epistolar possibilita ao historiador “*compreender como as comunidades ou os indivíduos constroem representações de seu mundo e investem de significações plurais, contrastadas, suas percepções e suas experiências.*”<sup>41</sup> Acrescentamos a essas considerações, que a correspondência também se constituiu como um instrumento da luta política e como um expediente de poder na medida em que, através da interceptação e da censura os atores políticos podem interferir objetivamente na prática epistolar.

No que diz respeito a utilização da correspondência como objeto de um estudo histórico, dois motivos básicos impulsionaram essa investigação: pareceu-nos relevante uma leitura da correspondência que proporcionasse uma recuperação da construção da liderança política de Flores da Cunha e os embates por ele engendrados e a elaboração de uma análise que permitisse considerar a prática epistolar como uma agência de fazer política. Assim, a tentativa foi de ler na correspondência os instrumentos e os projetos políticos agenciados por Flores e os interesses ali colocados. Por meio da correspondência Flores viabilizou estratégias políticas procurando estabelecer seu comando governamental e sua inserção na esfera federal. Ângela de Castro Gomes, ao estudar a correspondência trocada entre os intelectuais e o Ministro Gustavo Capanema, entre os anos de 1934 e 1945, afirma que tais cartas e/ou telegramas, embora pudessem ser escritos por pessoas

---

<sup>41</sup> CHARTIER. Roger, Avant-propos. In.: CHARTIER, Roger. (Dir.) *La Correspondence: les usages de la lettre au XIX e siècle.* (S.I.): Fayard, 1991, p. 09.

que então ocupavam cargos públicos e tocar em assuntos de “*trabalho*”, estavam inseridos num circuito privado, alternativo à correspondência oficial, “*dirigindo-se a Capanema tanto como ministro quanto como pessoa.*”<sup>42</sup>

Assim como as cartas destinadas ao Ministro Capanema, que ora recorriam a um tratamento informal, ora a um tratamento formalizado, a correspondência entre Flores da Cunha e Vargas, até fins de 1935, por exemplo, expressava uma conotação extremamente marcada pela informalidade, ainda que as cartas fossem, em sua maioria, timbradas com o selo oficial do Palácio Piratiny ou com o selo oficial da Presidência da República, respectivamente. De qualquer forma, as cartas encaminhadas por Flores da Cunha a Vargas estabeleciam uma imagem do destinatário como “*supremo*”, “*poderoso*”, “*digníssimo*”, “*juíz da paz*”; afinal, segundo o demandante, o destinatário das missivas possuía atributos públicos e pessoais que sustentavam sua posição de “*escolhido*” para o “*sacerdócio político*”.

Evidentemente, essa operação não se estabelecia em caminho único e adstrito. Antes, se efetuava de acordo com a intimidade dos missivistas e com os assuntos tratados. Segundo Anne Vicent-Buffault “*as formas da carta, sua frequência, sua função, o tom empregado estão sujeitos a variações: as fórmulas de civilidade desaparecem em proveito de uma familiaridade mais ou menos marcada*” à medida em que os correspondentes se aproximam e reafirmam sua amizade.<sup>43</sup> Com efeito, podemos exemplificar tal asserção com uma carta enviada por Vargas a Flores, em março de 1934. Convidado por Flores a participar da Exposição Estadual em São Leopoldo, cidade “*tão fecunda na obra de desenvolvimento do Estado*”, Vargas retribuiu o convite afirmando<sup>44</sup>:

<sup>42</sup> GOMES, Ângela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In.: GOMES, Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 23. Concordamos com Gomes ao afirmar que a “*escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos*”. GOMES, Ângela de Castro, op. cit. p. 19.

<sup>43</sup> VICENT-BUFFAULT, Anne. Da Amizade: Uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 12.

<sup>44</sup> “*Tenho a honra de convidar V. Ex. para assistir a exposição que se realizará em 13 de Abril vindouro, em São Leopoldo, berço da colonização alemã, em homenagem ao trabalho desta no Rio Grande do Sul. Certamente que terá por ocasião a inauguração da faixa de cimento ligando esta Capital aquela Cidade, constituirá uma demonstração eloqüente da atividade fecunda daquela colonização que vem desempenhando um papel dos mais salientes em nossa vida econômica e social. Atenciosas Saudações.*” Carta de Flores da Cunha ao Presidente Getúlio Vargas, 09-03-1934. Segundo Marionilde Brepohl em 1935 o Rio Grande do Sul contava com cerca de 600 mil imigrantes e descendentes alemães. A comemoração realizada em São Leopoldo, em 1934, compunha aquilo que Brepohl considera como “*a celebração da vitória*”, pois tais festividades alusivas aos imigrantes e seus descendentes eram inspiradas pela vitória do nacional-socialismo na Alemanha. A presença de Flores e Vargas, na ocasião das comemorações, renovavam as esperanças “*destes segmentos com relação às suas atividades econômicas.*”

*“Se as circunstâncias permitirem, terei a maior satisfação em fazer essa visita, não só pelo constante desejo de rever o meu Estado Natal, mas também para testemunhar uma das muitas realizações do seu operoso Governo.”*<sup>45</sup>

Esta operação discursiva, segundo Ângela de Castro Gomes, estabelece a “*noção de confiança*” depositada em seu destinatário, transformando-o, por meio desta retórica, em “*protetor*” e aliado do peticionário.<sup>46</sup> Além disso, na escrita epistolar podemos inferir sobre as relações afetivas entre os correspondentes, pois estas revestem-se de uma prodigiosa exposição de qualidades, rancores, ressentimentos e representações construídas pelos missivistas. Nesse sentido, concordamos com as análises de Le Goff, segundo o qual, ao analisarmos e escolhermos tal documento “*extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros*”, atribuímos um valor de testemunho à correspondência.<sup>47</sup>

A preeminência da correspondência como fonte dessa pesquisa se justifica na medida em que o emprego de tal documentação, como ressalta Gomes, “*é permitir que o pesquisador se aproxime de aspectos subjetivos, integrantes e mesmo definidores de redes de sociabilidades, mas de difícil acesso quando se utiliza outro tipo de fonte*”. Segundo Gomes, entre os aspectos que emergem ao se analisar tal material, “*está toda uma dimensão expressiva, um clima intensamente emocional que se pode detectar da troca de cartas. Ele envolve aproximações e afastamentos entre os missivistas, momentos mais estratégicos na construção dos relacionamentos*”.<sup>48</sup>

Um outro importante trabalho sobre as redes de compromissos políticos tratados na correspondência é o estudo de Luciana Heymann. A autora examinou as cartas de “*pedidos*” dirigidos a Felinto Muller, especialmente quando ele ocupava o cargo de chefe da Polícia do Distrito Federal, durante o primeiro governo Vargas. Heymann procurou mapear uma rede de troca de favores políticos e pessoais, principalmente em função da posição de força em que se situava o destinatário das cartas. Analisar a dimensão afetiva dos diálogos entre os missivistas, além de problematizar as mediações mobilizadoras nas

---

<sup>45</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 10-03-1934.

<sup>46</sup> GOMES. Ângela de Castro, O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In.: GOMES. Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 29.

<sup>47</sup> LE GOFF, Jacques. História e memória. 5º ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003, p. 547.

<sup>48</sup> GOMES. Ângela de Castro, op. cit., p. 32.

cartas e os argumentos discursivos utilizados pelos correspondentes, foram os principais objetivos do estudo de Heymann.<sup>49</sup>

A mesma sistemática de análise foi realizada no trabalho de Marlene de Fáveri, ao estudar as cartas de imigrantes estrangeiros em Santa Catarina dirigidas ao Governo Federal, durante a II Guerra Mundial. Segundo Fáveri *“homens e mulheres escreviam na qualidade de pais e mães/esposas, cujos filhos deviam ser amparados”* pelas autoridades governamentais. Tal correspondência analisada pela autora, *“mostra que as palavras deviam ser comedidas e cuidadosamente elaboradas para ‘tocar’ no coração do presidente, provocar a benevolência e conseguir clemência para situações em que pulsavam dor, medo, insegurança e onde os filhos da pátria não deviam ser esquecidos”*.<sup>50</sup>

O trabalho de Jorge Luis Ferreira se aproxima das considerações apontadas por de Fáveri, ao estudar o conteúdo das cartas enviadas a Vargas por pessoas comuns. Vários tipos de reivindicações eram dirigidos ao Presidente, demonstrando as diversas leituras que os receptores faziam das mensagens do Estado Novo. Destarte, como adverte Ferreira, uma análise mais elaborada sobre a recepção das imagens e dos discursos do governo, demonstra que a população não recebia passivamente tais mensagens. Quando trabalhadores e *“sem trabalho”* explicavam sua realidade social nas cartas enviadas a Vargas, tinham uma forma muito particular de se apropriar do discurso autoritário, dando-lhes novos significados e interpretações. Para Ferreira, não se tratava de uma reprodução mecânica ou submissão ao regime. Antes, *“o fato de as pessoas escreverem ao presidente da República já demonstra que não estavam passivas ou resignadas”*. Contudo, adverte o autor, a:

*“riqueza quantitativa e qualitativa da correspondência permite ao pesquisador investigar as condições de vida dos trabalhadores naquela época e sistematizar as manifestações das classes e dos grupos sociais, desde os estratos hegemônicos até os setores mais excluídos, cobrindo uma temporalidade considerável em todo o território nacional.”*<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup>HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Felinto Muller. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, 10(19):41-66, 1997.

<sup>50</sup>FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UFSC. Florianópolis, 2002, p. 230.

<sup>51</sup>O objetivo do trabalho de Ferreira foi *“resgatar aspectos da cultura política popular de trabalhadores, sindicalistas, desempregados e indivíduos que se apresentavam como pobres e pessoas comuns.”* FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular 1930-1945. Rio de Janeiro: FGV, 1997, pp. 17-23.

Finalmente, próximo as nossas preocupações, Cécile Dauphin e Daniele Pouban consideram que a análise da correspondência deve levar em conta, além do conteúdo das cartas, “*as condições de sua redação e de sua leitura, as circunstâncias das trocas, sua conformidade (ou não) às convenções.*” Além disso, concordamos com Dauphin e Pouban, ao afirmarem que não podemos considerar as cartas como “*espelhos fiéis da realidade*”, pois elas “*comportam mecanismos de ilusão cujas regras e efeitos são constitutivos de sua significação*”.<sup>52</sup> Em outros termos, podemos afirmar que a correspondência pode ser entendida, assim como destacou Henri Lefebvre, em dois sentidos: como *documento*, fragmento, vestígio de uma realidade que já não é, mas que possibilita uma reflexão sobre o passado; e como *prática* em que ela é atravessada pelas representações da realidade, porque o vivido e o concebido encontram-se nela representados em múltiplas dimensões.<sup>53</sup> Semelhante interpretação encontramos em Pierre Rosanvallon em relação ao uso da correspondência como fonte de investigação. Para ele através da correspondência podemos “*reconstruir a forma como os atores elaboram sua compreensão das situações*”. Além disso, esse tipo de documentação permite-nos “*detectar as recusas e atrações a partir das quais os atores pensam sua ação, em desenhar a árvore dos impasses e das possibilidades que estruturam implicitamente seu horizonte*”.<sup>54</sup>

## UM CAUDILHO NO SUL

José Antonio Flores da Cunha nasceu em março de 1880 no município de Santana do Livramento, no extremo sul do Rio Grande do Sul. Estudou inicialmente Engenharia na Faculdade de Porto Alegre e, depois de um ano, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo.<sup>55</sup> Também não terminou esse curso, mudando-se para o Rio de Janeiro então Distrito Federal onde veio a bacharelar-se em 1902, em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito.<sup>56</sup> Ao regressar para sua cidade, abriu um escritório de advocacia e atuou por vários anos nas comarcas de Bajé, Itaqui, Alegrete e Uruguaiana. Em 1909, com

---

<sup>52</sup> DAUPHIN, Cécile. POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs). Destinos das Letras: História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 76.

<sup>53</sup> LEFEVBRE, Henri. La presencia y la ausencia - contribución a la teoría de las representaciones. Fondo de Cultura Economica, México, 1981, p. 43.

<sup>54</sup> ROSANVALLON, Pierre. op. cit., p. 18.

<sup>55</sup> ABREU, Alzira Alves de. et all. Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p. 1737.

<sup>56</sup> Título do Cartório Eleitoral, Uruguaiana, 17-08-1953.

apenas 29 anos, foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).<sup>57</sup> Flores da Cunha pretendia candidatar-se à Câmara Federal para a legislatura de 1912 e 1914, porém teve seu nome vetado por motivo de uma desavença familiar com o senador José Gomes Pinheiro Machado, maior figura gaúcha no âmbito federal.

Ainda que sem sua total aceitação, Flores foi indicado para concorrer pelo Estado do Ceará e foi eleito Deputado Federal.<sup>58</sup> Em 1917, ao retornar para o Rio Grande do Sul, foi indicado para ser intendente municipal de Uruguaiana. Além desse cargo, Flores assumiu ainda a chefia da polícia e a procuradoria do município. Apesar da aversão de Borges de Medeiros, Presidente do Estado e líder do PRR, Flores elegeu-se para a intendência daquele município para o período de 1920 e 1924. Com as eleições para o governo estadual em 1922, Borges de Medeiros procurou articular sua candidatura com o apoio irrestrito de Flores da Cunha.<sup>59</sup> A truculência de Borges de Medeiros para se manter no poder estadual, somada à insatisfação dos opositores constituídos por federalistas do Partido Libertador (PL) e lideranças do Partido Republicano Democrático (PRD), resultou num levante armado contra o líder do PRR.

Flores da Cunha foi nomeado coronel e comandante da 2ª Brigada Provisória e tornou-se um dos principais chefes militares das forças borgistas, assim como Oswaldo Aranha, que foi indicado para liderar o 2º Regimento de Cavalaria. Os constantes confrontos entre as tropas legalistas e os revoltosos ocasionaram sucessivas baixas, inclusive de Guilherme Flores da Cunha, irmão de Flores. Com a mediação pela pacificação do general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra de Artur Bernardes, foi assinado, em dezembro de 1923, o Pacto de Pedras Altas, acordo que garantiria a permanência de Borges de Medeiros no governo, mas vedava sua reeleição.<sup>60</sup>

Contudo, a conciliação acordada com o Pacto de Pedras Altas não garantia a total subordinação das guarnições federais e das lideranças opositores. Em 1924, sob a

---

<sup>57</sup> Manifesto de Francisco Flores da Cunha “*O Caudilho persiste na infâmia*”, 28-12-1910.

<sup>58</sup> Cartão de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-02-1918.

<sup>59</sup> AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade São Paulo, São Paulo, 2001, p.

<sup>60</sup> O Pacto de Pedras Altas ocorreu devido à delicada situação de ameaça à liderança do PRR pelos opositores. O Congresso, segundo Carlos Dias, reuniu diversas lideranças municipais, fato que não ocorria desde os tempos da propaganda republicana na década de 1880. Para Dias a “*Revolução de 1923 assinala a última grande crise política no Rio Grande do Sul na Primeira República. A luta fratricida de 1923, que se arrasta por mais de dez meses, só foi contornada na reunião de 10 de novembro, em Porto Alegre, quando o Governo estadual fixa suas condições para a pacificação geral.*” Através do Pacto de Pedras Altas foi assegurado a permanência de Borges de Medeiros até 1927, mas, o líder republicano deveria tomar medidas urgentes para a dissolução das Brigadas Provisórias, responsáveis pela prestação dos serviços indispensáveis na manutenção da ordem pública. DIAS, Carlos Gilberto Pereira. op. cit. p. 73.

liderança de Luís Carlos Prestes, regimentos militares da região das Missões no Rio Grande do Sul organizaram uma revolta para depor Borges de Medeiros.<sup>61</sup> Flores da Cunha novamente foi chamado para conter o avanço rebelde que se estendia para o sudeste do país. A última batalha dessa série de contenciosos ocorreu em 1925, quando Flores esmagou o comando revolucionário de Honório Lemos. Após prender os rebeldes, Flores foi nomeado pelo Presidente da República, Artur Bernardes, como General de Brigada.<sup>62</sup>

Com prestígio político e reconhecida liderança entre os dirigentes do PRR, Flores da Cunha foi mais uma vez eleito para Câmara Federal em 1927. Nesse mesmo ano, o então Ministro da Fazenda do governo de Washington Luís, Getúlio Vargas, foi eleito Presidente do Estado. A candidatura, articulada sobretudo por Oswaldo Aranha e por Flores da Cunha, aproximava o PRR e o Partido Libertador (PL).<sup>63</sup>

Entre o final de 1929 e início de 1930, Flores da Cunha e João Neves da Fontoura articulam a formação da Aliança Liberal, cujo programa definia a concessão de anistia ampla a todos os presos políticos processados e perseguidos desde a revolta de 1922 e uma série de reformas políticas, como a instituição do voto secreto. Nos primeiros meses de 1930 cresce o movimento oposicionista ao governo federal, designado como Aliança Liberal. Todavia, entre as lideranças políticas do Rio Grande do Sul não havia pleno entendimento quanto à organização de um levante armado contra as forças federais. Flores, João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha declaravam-se favoráveis às medidas sediciosas.

As atividades conspiratórias ocorreram após a declaração de Minas Gerais em apoiar o movimento armado proveniente do Rio Grande do Sul. Contudo, a posição

---

<sup>61</sup> Segundo Love, o quadro político no Rio Grande do Sul altera-se sensivelmente com o Pacto de Pedras Altas. Por um lado, segundo ele, a criação da Aliança Libertadora, em 1924, viabiliza que a oposição conquiste espaço; de outro lado, a decadência do modelo borgista é acompanhada pela ascensão de uma nova geração de políticos republicanos, sendo Getúlio Vargas a figura mais proeminente destacada. LOVE, Joseph. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”. In: História Geral da Civilização Brasileira. Vol. III - O Brasil Republicano (Estrutura de poder e economia 1889-1930). FAUSTO, Boris (org.). 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo, DIFEL, 1985, p. 102.

<sup>62</sup> ABREU, Alzira Alves de. et all. op. cit. p. 1737.

<sup>63</sup> Conforme analisou Carlos Dias, a oposição libertadora reúne-se em março de 1928, no Congresso de Bagé. Segundo o mesmo autor, a articulação das oposições, iniciada de forma mais sistematizada em 1924 com a reunião em torno da Aliança Libertadora ganha concretude com a formação do Partido Libertador. Por conseguinte, como resultado da aliança entre o PRR e o PL, a Frente Única Gaúcha surge oficialmente em agosto de 1929. O objetivo inicial da FUG era garantir a eleição de um presidente gaúcho no Governo Federal. Para Dias a “*união*’ na FUG não é pacífica e, tampouco, unânime. Formada pelas novas lideranças, liberais (PL) e republicanas (Geração de 1907), para Fontoura, o êxito da candidatura Getúlio Vargas dependia do apoio que lhe viesse a dar o Partido Libertador, o tradicional adversário. No plano político-ideológico as divergências eram enormes.” DIAS, Carlos Gilberto Pereira. op. cit. p. 82.

reticente do Presidente do Governo de Minas Gerais Antonio Carlos, gerou expectativas e recuos estratégicos entre as lideranças da Aliança Liberal. Com o assassinato de João Pessoa, em Recife no dia 26 de julho de 1930, a eclosão do movimento parecia inevitável. Mesmo diante da desaprovação do principal político do PRR, Borges de Medeiros, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Virgílio de Melo Franco e Flores da Cunha decidiram marchar contra as forças federais.

Finalmente, após inúmeras tratativas à frente da chefia revolucionária foi colocado o General Góes Monteiro, assim como Flores da Cunha. No dia 3 de outubro, Flores da Cunha e seus Filhos Antônio, José Bonifácio e Luís Flores da Cunha, conjuntamente com o capitão Agenor Barcelos Feio, atacaram e renderam a 3ª Região Militar em Porto Alegre. As demais guarnições federais sediadas em Porto Alegre não apresentaram muita resistência aos ataques das forças sediciosas. Flores da Cunha, comandando dois regimentos de cavalaria, seguiu para São Paulo engrossando as fileiras das tropas organizadas por Miguel Costa.

Flores da Cunha e a comitiva que acompanhava Getúlio Vargas chegaram ao Rio de Janeiro em 29 de outubro de 1930. Em 3 de novembro Vargas foi empossado na chefia do Governo Provisório, estabelecendo, no mesmo ato, a substituição dos governadores por interventores nomeados pelo executivo federal. No final de novembro, Flores assume o governo do Rio Grande do Sul que se encontrava com graves dificuldades econômicas.

O regime discricionário para Flores, em 1931, deveria ser substituído por um sistema legal e constitucional. Também para as lideranças do PRR e do PL a reconstitucionalização do país promoveria a reorganização das forças políticas e a redefinição das alianças partidárias. Esse embate de posições quanto ao prolongamento do Governo Provisório dividiu o situacionismo político no Rio Grande do Sul, acentuando as divergências entre Borges de Medeiros, Raul Pilla e João Neves da Fontoura com Getúlio Vargas. Com isso, Flores passou a mediar a relação entre a Frente Única Gaúcha (FUG) e o Governo Provisório. Em São Paulo, no dia 13 de janeiro de 1932, o Partido Democrático (PD) lança um manifesto rompendo com o Governo Provisório. Por conseguinte, no Rio Grande do Sul, tanto o PRR quanto o PL posicionam-se favoráveis ao movimento paulista.

A dificuldade de um acordo conciliatório entre a FUG e o Governo Provisório resultava das inúmeras manobras de Vargas quanto ao adiamento do processo constituinte e da “*questão São Paulo*”. Mesmo com a indicação de Pedro de Toledo da Frente Única



Paulista (FUP) para a interventoria paulista, o movimento conspiratório de São Paulo continuou em franca ascensão. Com a demissão coletiva de Mauricio Cardoso da pasta da Justiça, de Lindolfo Collor do Ministério do Trabalho, de Batista Luzardo da chefia da polícia do Distrito Federal e de João Neves da Fontoura da procuradoria do Banco do Brasil, em março de 1932, foi necessário o preenchimento desses cargos através de uma reforma ministerial. Com isso, Flores da Cunha foi indicado para ocupar a pasta do importante Ministério da Justiça. O afastamento definitivo de Flores das lideranças políticas da FUG tornaria ainda mais difícil o diálogo com o Governo Provisório. Nesse sentido, Borges de Medeiros e Raul Pilla recorrem ao interventor para que esse não deixe o cargo.

Devido à delicada situação em que se encontrava, Flores da Cunha pede demissão do cargo da interventoria, pedido negado por Vargas pois caberia a ele manter “*ordem no estado*”. Apenas um dia após a eclosão da “*Revolução Constitucionalista*”, Flores declara irrestrito apoio ao governo federal, enviando tropas para combater os insurgentes paulistas. Por sua vez, no interior do Estado, a FUG organiza tropas e inicia violentos combates contra as forças legalistas de Flores. Quase quatro meses depois do início dos combates, foi assinado um acordo de rendição que definia: a anistia aos rebeldes e a subordinação da milícia estadual ao Governo Provisório.

O exílio da maioria dos líderes da FUG desmobilizou as máquinas partidárias do PRR e do PL. Esse vazio temporário foi rapidamente aproveitado por Vargas e Flores da Cunha, que arregimentaram as dispersas forças políticas no Estado e fundam o Partido Republicano Liberal (PRL), em novembro de 1932. Com o PRL, a aliança com Vargas e manobras policiais, Flores conseguiu eleger 13 dos 16 deputados para a Assembléia Constituinte. Ainda assim, a oposição estadual continuava organizando uma sublevação armada para depor Flores.

Na constituinte de 1934 Flores procurou articular junto à bancada riograndense temas centrais como o federalismo e a maior autonomia dos governos estaduais. Mesmo não estando disposto a acatar a descentralização, Vargas manteve a aliança com Flores e seu campo de manobras para a eleição presidencial. Entretanto, no Clube 3 de Outubro, lideranças militares lançavam o nome do General Góes Monteiro para a Presidência da República. Esses rumores provocaram a imediata mobilização de Flores, que declarava seu

incondicional apoio a Vargas através das forças da Brigada Militar e dos corpos provisórios sediados no Rio Grande do Sul.<sup>64</sup>

Com a eleição de Vargas e a promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934, teve início a campanha para o Governo Estadual, Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Novamente o PRL obteve maioria absoluta, tanto na Assembléia como na Câmara Federal. Além disso, foram eleitos para o Senado pelo mesmo partido o ex-deputado Augusto Simões Lopes e o irmão de Flores Francisco Flores da Cunha. Flores foi eleito para o cargo majoritário no Estado, tomando como sua principal medida a promulgação da Constituição Estadual que ampliava os poderes do Executivo.

Se por um lado Flores chegava ao auge de sua preponderância política no Estado e reconhecida liderança política nacional, por outro, sua posição irrevogável em defesa da autonomia estadual passou a causar-lhe inúmeros embates ante a centralização do Governo Federal. Além disso, a constante intervenção de Flores nas disputas políticas estaduais, como em Santa Catarina e no Rio de Janeiro, provocou uma contínua relação de desavenças com Vargas. No plano estadual, Flores procurou uma reaproximação com a FUG, através de uma “fórmula de conciliação”. Para Vargas o fortalecimento de Flores, tanto militarmente como politicamente, resultaria em uma ameaça concreta ao seu plano de manter-se no poder. Nesse sentido, o Presidente, através do irmão Benjamim Vargas, articula o fracasso do acordo, acenando cargos e promessas de participação da FUG no governo federal.

Em março de 1936, com a decretação do Estado de Guerra e após a renúncia de Raul Pilla e Lindolfo Collor das secretarias estaduais em maio do mesmo ano, a situação política de Flores agrava-se densamente. No final de 1936, as bases de sustentação do governo de Flores ruíam, através das dissidências dentro do próprio PRL. Além disso, as disputas políticas em relação à sucessão presidencial, que aconteceria em 1938, colocavam em lados diametralmente opostos o Governo Federal e Flores da Cunha. Mesmo

---

<sup>64</sup> Carlos Dias ao investigar a trajetória política de Borges de Medeiros afirma que, após a vitória das forças legalistas durante a Revolução Constitucionalista, o exílio das lideranças que compunham a FUG era iminente. No caso de Borges de Medeiros, Flores da Cunha, segundo o autor, sai em defesa do líder republicano, medida que poupa o “velho chimango” do banimento do país. Entretanto, ressalta Dias, “é impossível, atualmente, por falta de indícios e testemunhos, avaliar com precisão o peso da influência de Flores da Cunha sobre as decisões de Getúlio Varga; o fato é que Borges foi poupado do exílio no estrangeiro. Ele é deportado para o Rio de Janeiro e, alguns meses mais tarde - janeiro de 1933 -, é extraditado para o Recife, conforme exigência de Vargas. Borges de Medeiros permanece no país, mas lhe é dificultado o contato com as outras lideranças que se refugiaram no Uruguai ou na Argentina. O fato significa, em termos morais, para Borges de Medeiros, sobretudo o fracasso da campanha pela constitucionalização, da qual fora um fervoroso defensor.” DIAS, Carlos Gilberto Pereira. op. cit. p. 124.

mobilizando um grande contingente militar, Flores da Cunha não conseguiu impedir o cerco bélico articulado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Góes Monteiro. O impasse final ocorreu quando o governo do Rio Grande do Sul foi intimado pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, a federalizar a Brigada Militar Estadual. Com essa medida, a renúncia de Flores tornava-se inevitável. No dia 18 de outubro Flores refugia-se exilado em Montevideú, no Uruguai, e, um dia depois, Vargas decreta a intervenção federal no Rio Grande do Sul.

## Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. et all. Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

ABREU, Luciano Aronne de. RS estadonovista: interventores e interventorias. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

ANTONACCI, Maria Antonieta. et alli. RS: econômica e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

AXT, Gunter. Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade São Paulo, São Paulo, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In.: Revista Brasileira de História, nº23/24, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. História Política: Totalidade e Imaginário. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, nº 17, 1996.

CAMARGO. Aspásia et all. O golpe silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMPOS, Derocina Alves. Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Roger Chartier e a História Cultura: a noção de *representação* 1998.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães, O Rio Grande do Sul no Pós-30: de Protagonista a coadjuvante. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.) Regionalismo e centralização política. Partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no Pós-30: de Protagonista a coadjuvante. In.: GOMES, Ângela de Castro (orga.) Regionalismo e centralização política: Partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

CHARTIER, Roger. Uma crise da História? A História entre narração e conhecimento. In.: PESAVENTO. Sandra Jatahy. Fronteiras do milênio. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

CHARTIER. Roger, Avant-propos. In.: CHARTIER, Roger. (Dir.) La Correspondence: les usages de la letre au XIX e siècle. (S.I.): Fayard, 1991.

COLUSSI, Eliane. Estado Novo e municipalismo gaúcho. Passo Fundo: UPF, 1996, p. 64.

D´ALESSIO, Márcia Mansor. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A Esfera do Político na produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994). In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro:FGV, nº 17, 1996.

DAUPHIN, Cécile. POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs). Destinos das Letras: História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

DAUPHIN, Cécile. POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs). Destinos das Letras: História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

DÉLOYE, Yves. Sociologia histórica do político. Bauru: EDUSC, 1999.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. “Antonio Chimango no limiar da velhice”(Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UFSC. Florianópolis, 2002.

FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular 1930-1945. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “*velha história*”: O retorno da história política. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. (org.) Capanema: o Ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. (org.) Escrita de Si Escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Em Família: correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In.: GOMES, Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GOMES, Ângela de Castro, O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In.: GOMES, Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Felinto Muller. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, 10(19):41-66, 1997.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5º ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In.: BLOCH, Marc. Os Reis Taumaturgos. São Paulo: Cia. das Letras.

LEFEVBRE, Henri. La presencia y la ausencia - contribución a la teoría de las representaciones. Fondo de Cultura Economica, México, 1981.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Memória de Si, História dos Outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp. Campinas, 2004.

LOVE, Joseph. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”. In: História Geral da Civilização Brasileira. Vol. III - O Brasil Republicano (Estrutura de poder e economia 1889-1930). FAUSTO, Boris (org.). 4.ª ed. São Paulo, DIFEL, 1985.

LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo: Ed. Perspectiva.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Ecos da política: a capital federal, 1892-1902. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Pangermanismo e Nazismo: A trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas, SP: Ed. Unicamp, FAPESP, 1998.

MARSON, Izabel; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; BORGES, Vavy Pacheco. A Esfera da história política na produção acadêmica sobre São Paulo – (1985-1994). In.: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tânia Regina; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.); Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1999.

MARTINS, Giselle Venâncio. Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

PESAVENTO, Sandra. A economia e o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

RANGEL. Carlos Roberto da Rosa. Crime e castigo – conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-38). Passo Fundo: UPF, 2001.

RÉMOND, René. Do Político. In.: RÉMOND, René. (org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RÉMOND, René. Le retour de la Politique. In.: CHAUVEAU, Agnès et TÉTART, Philippe. (org.). Questions à l'histoire des temps presents. Paris: Editions Complexes, 1992.

SIRINELLI, Jean François. In.: BÉDARIDA, L'histoire et le métier d'historien em France, 1995.

TÉTART, Philippe. Pequena história dos historiadores. Bauru: EDUSC, 2000.

TRINDADE, Hégio. (org.) Revolução de 30: Partido e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: Erus, 1983.

TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937) : da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In.: RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

VICENT-BUFFAULT, Anne. Da Amizade: Uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

VOVELLE, Michel. História e representação. In.: D'ALESSIO, Márcia Mansur. Reflexões sobre o Saber Histórico. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.